

- A qualidade das instituições para a infância está também dependente de uma forte liderança e do envolvimento dos pais. É importante encontrar modalidades de gestão que, enquadrando os estabelecimentos para a infância nos outros estabelecimentos de ensino, salvaguardem a especificidade destas instituições;
- O acompanhamento da implementação das "Orientações Curriculares" para a educação pré-escolar deve ser um esforço continuado por parte do governo, sendo importante a criação de uma dinâmica de parceria com instituições de formação que acompanhe esta implementação no terreno;
- Uma outra área de preocupação é a faixa etária dos 0 - 3 anos. Seria necessária uma aposta governamental semelhante à que foi feita para os 3 - 6 anos. Se a aposta é uma educação/formação ao longo da vida, há que reconhecer a importância da faixa etária dos 0 - 3 anos e a necessidade de, desde os 0 anos, ter em atenção a qualidade educativa das instituições;
- Há ainda que investir numa articulação privilegiada com o 1º Ciclo da educação básica através de projectos educativos comuns ou de gestão conjunta;
- Investir na formação do pessoal para a infância revela-se outra prioridade, especialmente no sector privado e solidário. Urge criar incentivos para educadores que trabalhem em zonas isoladas e/ou desfavorecidas e também formas de atrair educadores do sexo masculino ao trabalho com as primeiras idades;
- Uma área sensível é a da disparidade de vencimentos entre os profissionais de sector. Apesar da clara intenção do governo em regular esta matéria através do aumento do apoio financeiro às IPSS's, esta regulação está longe de se fazer sentir no terreno;
- Um desafio final é fazer com que cada município se sinta responsável pela qualidade da rede (pública e privada) na sua área de influência. Em parceria com as famílias, os municípios têm um papel decisivo nesta matéria e, à medida que forem entendendo ser esta uma dimensão sensível da cidadania, é natural que o investimento seja cada vez maior;
- Compete ao Estado investir na inovação e na pesquisa. Sem divulgação de práticas exemplares e sem tornar a investigação vital para a regulação do sistema, não é possível melhorar a qualidade da educação pré-escolar portuguesa.

## Bibliografia

- Almeida, et al (1995). *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal. Relatório Final. 1ª fase*. Policopiado.
- Bairrão, J. e Tietze, W. (1995). *A Educação Pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de inovação Educacional.
- Bairrão, J. (1999). *O Que é a Qualidade em Educação Pré-escolar ? Alguns Resultados Sobre a Qualidade da Educação Pré-escolar em Portugal*. In: DEB (Org.). *Qualidade e Projectos na Educação Pré-escolar*. Lisboa: Editorial do M. E.
- Benavente, A. (Coord.) (1996). *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: CNE e FCG.
- Bruner, J. (1986). *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cardona, M.J. (1977). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: Discurso Oficial (134-1990)*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, G. S. (1997). *Centro de Estudos da Criança/Anuário de Investigação*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- CNE (1998). *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais: Subsídios para o sistema de educação*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Comité dos Direitos da Criança (1996). *Observações Finais do Comité dos Direitos da Criança sobre o Relatório Relativo à Aplicação, em Portugal, da Convenção*. Revista Infância e Juventude nº 2, 9-14.

Departamento da Educação Básica (1996). *Educação Pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Departamento da Educação Básica (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Departamento da Educação Básica (1997). *Legislação*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Diário da República, II Série, nº 204. *Despacho Conjunto 186/ME/MSSS/MEPAT/96*. Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Diário da República, II Série, nº 174. *Despacho Conjunto 132/ME/MQE/96 29/07/96*.

Donaldson, M. (1979). *Children's Minds*. New York: W.W. Norton & Company.

Formosinho, J. (1994). *Parecer 1/94: A Educação Pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.

Formosinho, J. (1995). *Parecer 2/95. A Expansão da Educação Pré-escolar: Análise de um Projecto de Decreto-Lei do Ministério da Educação*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.

Formosinho, J. e Vasconcelos, T. (1996). *Relatório Estratégico para a Expansão da Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.

IAC e CNAsti (1996). *O Trabalho Infantil em Portugal: Relatório do Grupo de Trabalho coordenado pelo IAC e pela CNAsti*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.

Iturra, R. (1990). *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*. Lisboa: Escher.

Iturra, R. (1997). *O Imaginário das Crianças. Os silêncios da Cultura Oral*. Lisboa: Fim do Século Edições.

Ministério da Educação (1996). *Plano para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (1996). *Pacto Educativo para o Futuro*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Ministério da Educação (1998). *Educação, Integração, Cidadania: Documento Orientador para as Políticas de Educação Básica*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Ministério da Justiça (1994). Relatório Relativo à Aplicação em Portugal da Convenção sobre os Direitos da Criança. *Criança e Juventude*, 2: 9-116.

Pascal, C. e Bertram, A. (1996). *Avaliação e Desenvolvimento da Qualidade nos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar: Um Programa de Desenvolvimento Profissional*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Pinto, M. e Sarmiento, M.J. (Coord.) (1997). *As Crianças: Contextos e Identidades*. Universidade do Minho: Centro de Estudos da Criança.

Silva, M. (1990). *A Pobreza Infantil em Portugal*. Lisboa: Unicef.

Stoer, S. R. e Araújo, H.C. (1992). *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi) Periferia Europeia*. Lisboa: Escher.

Wall, K. (1996). *European Observatory on Family Policies. Reports on Portugal - 1996 (Preliminary Version)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. (policopiado)

*Inovação*: Volume especial dedicado à Educação Pré-Escolar - vol. 10, nº 1, 1997. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

## Glossário

### **Actividades de Animação Socio-educativa**

Actividades de complemento/extensão de horário nos Jardins de Infância da Rede Pública e destinadas aos filhos das famílias trabalhadoras podendo incluir refeições.

### **Actividades de Tempos Livres (A.T.L.)**

Actividades extra-escolares, geralmente realizadas em locais ou instituições não relacionadas com as escolas primárias, e que, em termos das necessidades dos pais trabalhadores, suplementam o horário escolar.

### **Actividades de Vida Prática**

Ocupações ligadas às tarefas diárias nas escolas infantis, por exemplo: pôr e levantar a mesa, varrer, limpar o pó... Terminologia introduzida por Maria Montessori, em Itália, nas suas "Casa dei Bambini".

### **Ama**

Pessoa que, por conta própria e mediante remuneração, cuida de uma ou mais crianças, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou ao impedimento dos pais (*Decreto-Lei n° 158/84, de 17 de Maio e Despacho Normativo n°5/85, de 18 de Janeiro*).

### **Animação Infantil**

Actividades não formais de educação infantil, abrangendo quer crianças em idade pré-escolar quer escolar, em geral enquadradas em projectos de desenvolvimento comunitário mais amplos.

### **Competências Cognitivas**

Competências relativas às operações mentais tal como foram definidas por Piaget.

### **Componente de Apoio à Família**

Veja-se *Actividades de animação socioeducativa*.

**Componente Educativa**

Tempo de intencionalização educativa orientado por educador de infância, o qual implicará a utilização das Orientações Curriculares.

**Conselho Consultivo**

Criado nos Jardins de Infância da rede pública através do Decreto-Lei nº 542/79 - Estatuto dos Jardins de Infância - o Conselho Consultivo é um dos órgãos de gestão dos Jardins de Infância. É composto pelo director (que preside), os educadores, um elemento do pessoal auxiliar eleito, dois representantes dos pais e um representante do órgão de poder local (artº 40º).

**Consultor**

Termo utilizado no contexto educativo anglo-saxónico para indicar o papel assumido por um profissional exterior à instituição o qual tem a função de ajudar equipas de educadores e professores a reflectir no seu trabalho pedagógico.

**Continuidade Educativa**

Interligação entre dois níveis educativos de forma a exigir à criança um mínimo de adaptação com a escola básica. Concretamente, no que toca a educação pré-escolar, refere-se à ligação com a escola básica.

**Creche Familiar**

É um conjunto de amas não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Regionais, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições de Solidariedade Social, com actividades no âmbito da 1º infância e 2º infância (*Decreto-Lei nº 158/84, de 17 de Maio e Despacho Normativo nº5/85, de 18 de Janeiro*).

**Educação Itinerante**

Educador que circula entre várias localidades, agrupando um pequeno número de crianças que vivem demasiadamente longe de uma escola.

**Educação Pré-escolar**

A Lei de Bases do Sistema Educativo (art. 5º) reconhece que a educação pré-escolar se destina a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e que, "no seu aspecto formativo é complementar ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita colaboração" (art. 4º).

**Educação Pré-primária**

Educação das crianças em idade pré-escolar na escola primária, com o fim de as iniciar às aprendizagens formais. As classes de educação pré-primária são, em geral, destinadas às crianças de 5 - 6 anos e estão ligadas ao Ministério da Educação. Em Portugal estas classes apenas existem no Sistema de Ensino Particular e Cooperativo.

**Escola Inclusiva**

De acordo com os princípios da Declaração de Salamanca, indica a escola para todos, incluindo crianças com necessidades educativas especiais, frequentando classes regulares.

**Escola Infantil**

Instituição destinada ao atendimento das crianças em idade pré-escolar, com objectivos vincadamente educacionais. "Destina-se a proporcionar um ambiente de grande riqueza educacional e é supervisionada por professores especializados".

**Formação Bivalente**

Formação comum para professores do nível primário e pré-escolar. Estes em geral, podem optar por um ou outro destes níveis de ensino. Em geral, esta formação é bastante orientada para o ensino primário com alguma incidência em educação infantil.

**Guarda**

Acolhimento de crianças nas horas de trabalho dos pais, o qual não implica pessoal profissionalizado.

**Intencionalidade Educativa**

Veja-se *Componente Educativa*.

### Itinerários Culturais

Trata-se de uma escolha de conteúdos no nível pré-escolar, os quais pretendem levar a criança a integrar-se na cultura do seu tempo. São suficientemente ordenados e diluídos no tempo de forma a permitir a socialização da criança.

### Jardim de Infância

Emprega-se por vezes a palavra "escola" neste sentido o que pode induzir em erro. Trata-se fundamentalmente de centros para crianças dos 3 aos 5 anos, sem existência de lições com carácter formal, mas onde as crianças e adultos são supervisionadas por pessoal especializado e criadas num ambiente de incentivo educacional; através de um misto de "auto descoberta" e comunicabilidade com outras crianças e adultos, podem alargar a sua escala de experiências e desenvolver aptidões características".

### Professor Itinerante

Veja-se *Educação Itinerante*.

### Protocolos de Colaboração

No caso da educação pré-escolar, são acordos celebrados entre diversos parceiros, Estado e sociedade civil, no sentido do alargamento da rede de educação pré-escolar.

### Rotina Diária

Forma de organizar o tempo e a sequência dos acontecimentos no dia-a-dia do jardim de infância, de modo a levar a criança a compreender o horário do jardim de infância como "uma série previsível de acontecimentos" "Proporciona uma estrutura plurifacetada que permite a actividade e a criatividade de crianças e adultos".

### Supervisor

Corresponde ao Inspector.

### Tutela Pedagógica

Compete ao Ministério da Educação garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade independentemente da sua origem socio-económica.

## Abreviaturas

<b>AEEP</b>	Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo
<b>ANMP</b>	Associação Nacional dos Municípios Portugueses
<b>CAE</b>	Centro de Área Educativa
<b>CONFAP</b>	Confederação de Associações de Pais
<b>CRSS</b>	Centro Regional de Segurança Social, <i>Ministério do Trabalho e Solidariedade</i>
<b>DAPP</b>	Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, <i>Ministério da Educação</i>
<b>DEB</b>	Departamento da Educação Básica, <i>Ministério da Educação</i>
<b>DEGRE</b>	Departamento de Gestão e Recursos Financeiros, <i>Ministério da Educação</i>
<b>DES</b>	Departamento do Ensino Secundário, <i>Ministério da Educação</i>
<b>DESUP</b>	Departamento do Ensino Superior, <i>Ministério da Educação</i>
<b>DGAS</b>	Direcção Geral da Acção Social, <i>Ministério do Trabalho e Solidariedade</i>
<b>DRE</b>	Direcção Regional de Educação, <i>Ministério da Educação</i>
<b>FOCO</b>	Formação Contínua de Professores e de Responsáveis pela Administração Educativa.
<b>FSE</b>	Fundo Social Europeu

<b>GAERI</b>	Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, <i>Ministério da Educação</i>
<b>GEDEPE</b>	Gabinete para Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, <i>Ministério da Educação</i>
<b>GEF</b>	Gabinete de Gestão Financeira, <i>Ministério da Educação</i>
<b>IAC</b>	Instituto de Apoio à Criança
<b>IGE</b>	Inspecção Geral da Educação, <i>Ministério da Educação</i>
<b>IIE</b>	Instituto de Inovação Educacional, <i>Ministério da Educação</i>
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>ME</b>	Ministério da Educação
<b>MF</b>	Ministério das Finanças
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MTS</b>	Ministério do Trabalho e Solidariedade
<b>NOEEE</b>	Núcleo de Organização Educativa de Educação Especial, Departamento Educação Básica, <i>Ministério da Educação</i>
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
<b>ONG's</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PIDDAC</b>	Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central

<b>PRODEP</b>	Programa de Desenvolvimento Educativo em Portugal
<b>RMG</b>	Rendimento Mínimo Garantido
<b>SAS</b>	Serviço de Acção Social
<b>SEAE</b>	Secretaria de Estado da Administração Educativa, <i>Ministério da Educação</i>
<b>SEEI</b>	Secretaria de Estado da Educação e Inovação, <i>Ministério da Educação</i>
<b>UIPSS</b>	União de Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## Anexo I

Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P. de Apoio à Família e à Criança	Alto-Comisário da Igualdade e da Família	Menores <i>justiça</i>	Protecção de menores
P. Nacional de Acção 1992	M. Justiça, M. Saúde Educação, Emprego ONG's, S. Social	Crianças  <i>justiça</i>	Avaliação de indicadores sociais relacionados com o bem-estar da criança
P. Ser Criança 1995	Direcção Geral da Acção Social	Crianças  <i>social</i>	Promover o desenvolvimento harmonioso da criança
P. Educação Para Todos	M. Educação	Alunos  <i>social</i>	Combate ao abandono e insucesso escolar
P. Escola Segura 1994	M. Administração Interna M. Educação	Alunos Escolas  <i>educação</i>	Reforço da vigilância e da articulação de meios
P. de Apoio às Associações Juvenis	Instituto Português da Juventude	Jovens  <i>social</i>	Organização e participação em actividades
P. Iniciativa	Instituto Português da Juventude	Jovens  <i>social</i>	Organização e participação em actividades
Recados da Criança (Linha Verde) - 1996	Provedor de Justiça	Geral  <i>justiça</i>	Aconselhamento sobre os direitos da criança
P. Foco 1995	M. Educação	Professores  <i>geral</i>	Formação nos aspectos histórico, jurídico, saúde, psicológico, educativo

(cont.)

Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P.Nacional de Luta Contra a Pobreza	MTSS	Sobretudo população cigana e minorias <i>social</i>	Redução das disparidades sociais, económicas e geográficas
Rendimento Mínimo Garantido	MTSS	Sobretudo população cigana e minorias <i>social</i>	Redução das disparidades sociais, económicas e geográficas
S.O.S. Criança 1988	Instituto de Apoio à Criança	Crianças <i>justiça</i>	Divulgação sobre os direitos da criança
P. de Educação para o Desenvolvimento 1997	OIKOS, CIDAC C. P. UNICEF	Jovens <i>social</i>	Sensibilizar os jovens para a diversidade cultural, cooperação e interdependência
P. Inserção Social	MTSS	Sobretudo população cigana e minorias <i>social</i>	Redução das disparidades sociais, económicas e geográficas
P.Adopção 2000 1997	Segurança Social	Crianças <i>social</i>	Fomentar e facilitar a adopção
P. Especiais de Realojamento 1995	Administração Central Autarquias	Estrangeiros residentes <i>social</i>	Eliminação de bairros de lata e de habitação precária
P. Integrar	Administração Central Autarquias	Geral carênciados <i>social</i>	Integração económica e social equipamentos sociais
P. Urban	Administração Central Autarquias	Geral carênciados <i>social</i>	Revalorização das áreas urbanas
P. Intervenção Op. Urbana	Administração Central Autarquias	Geral carênciados <i>social</i>	Renovação urbana de zonas degradadas

(cont.)

Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P. de Promoção e Educação p/ a Saúde 1994	M. Educação	Alunos Professores <i>segurança</i>	Sensibilizar para os problemas da segurança
PIIP 1998	Universidade do Minho	Crianças <i>social</i>	Estudo sobre a situação da criança
Departamento da Criança	Provedoria da Justiça	Crianças <i>justiça</i>	Apoio à criança
Emergência Infantil	ONG's	Crianças <i>social/saúde</i>	Segurança da criança
P. Atinova	Fundo Social Europeu	Geral <i>social</i>	Criar uma rede de Centros Piloto de Ajudas Técnicas
P. CITE 1995	Fundo Social Europeu	Geral <i>social</i>	Investigação em reabilitação através de projectos, bolsas de estudo e prémios
Rede Nacional de Centros Handynet	Instituto do Emprego e Formação Prof.	Geral <i>social</i>	Disponibiliza informação sobre ajudas técnicas
P. QUALI 1995	Apoio comunitário	Deficientes <i>saúde</i>	Melhoramento do Serviço de Atendimento Personalizado ao cidadão deficiente e à sua família
P. RENAACE	Horizon	Deficientes <i>saúde</i>	Acessibilidade nas vertentes do urbanismo, meio edificado e transportes disponíveis no local
P. HÉLIOS (I, II) 1993	Comunidade Europeia	Geral <i>saúde</i>	Reabilitação Funcional, Educação Integrada, Formação e Integração Económica Social e Vida Autónoma

(cont.)

Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P. Férias Desportivas 1980/90	Instituto Português da Juventude	Jovens e deficientes <i>desporto</i>	Apoios financeiros a actividades desportivas
P. Nacional de Desporto, Cultura e Recreação 1995	Instituto do Desporto M. Educação	<i>desporto</i>	Dar prioridade às actividades artísticas/culturais e recreativas
P. Intervenção Precoce	Acção Social	Jovens deficientes <i>social</i>	Apoio domiciliário, consultas de desenvolvimento e reabilitação e consultas de vigilância
P. Nacional de Prevenção de Acidentes e Promoção da Segurança Infantil e Juvenil	Direcção Geral de Saúde	Jovens <i>saúde</i>	Formação, intervenção e investigação através de abordagens pluridisciplinares, com apoio comunitário, com o objectivo de criar um ambiente seguro/saudável
P. Nacional de Saúde Oral	Direcção Geral de Saúde	Geral <i>saúde</i>	Ampliar o programa de saúde
P. de Vigilância de Saúde Infantil e Juvenil	Direcção Geral de Saúde	Geral <i>saúde</i>	Maior cobertura da vacinação, cuidados preventivos, assistência regular, cuidados primários de saúde, acessibilidade.
P. Nacional de Vacinas	Direcção Geral de Saúde	Geral <i>saúde</i>	Generalizar a vacinação
P. Hospitais Amigos dos Bebés	M. da Saúde	Mães <i>saúde</i>	Incentivo ao aleitamento materno

(cont.)

Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P. Nacional de Prevenção dos TFLA	M. da Saúde	Jovens <i>saúde</i>	Promoção da segurança, no que diz respeito a traumatismos, ferimentos e lesões acidentais
P. Nacional de Luta Contra a SIDA	M. da Saúde CNLCS	Geral <i>saúde</i>	Actividades de investigação, intervenção, divulgação e informação
P. de Vigilância Epidemiológica da Organização Mundial de Saúde	CNLCS	Geral <i>saúde</i>	Controlo epidemiológico dos casos declarados de SIDA
Associação de Apoio às Crianças Infectadas pelo Vírus da SIDA e suas Famílias	CNLCS	Crianças <i>saúde</i>	Apoio a crianças infectadas pela SIDA
P. Solidariedade	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Crianças <i>saúde</i>	Apoio a crianças infectadas pela SIDA
Abraço	CNLCS	Geral <i>saúde</i>	Apoio a pessoas com VIH/SIDA
P. de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar - 1997	M. Educação	Crianças <i>educação</i>	
P. Para a Integração dos Jovens na Vida Activa 1997	M. Educação	Jovens <i>educação</i>	Destinam-se a jovens em risco de não cumprimento da escolaridade obrigatória

## Anexo II

(cont.)

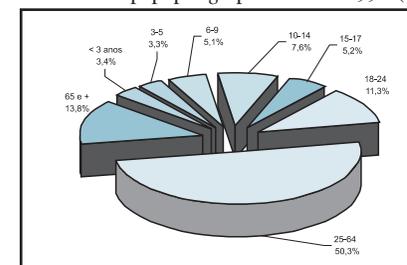
Programas e projectos de apoio/ano de início	Instituições responsáveis ou promotoras	Público-alvo Âmbito	Objectivos
P. Ir à Escola 1995	M. Educação	Ciganos <i>educação</i>	Formação de mediadores culturais ciganos, com o fim de incentivar a ida à escola
P. Educação Intercultural - 1993	M. Educação	Minorias Étnicas <i>educação</i>	Abrange zonas de grande insucesso escolar
P. Inovar, Educando/ Educar, Inovando 1995	M. Educação	Escolas <i>educação</i>	Desenvolvimento de projectos de inovação educacional nas escolas
P. de Desenvolvimento para a Educação em Portugal 1994	M. Educação	Jovens desde os 15 anos e adultos <i>educação</i>	Organização de actividades de intercâmbio entre as escolas com projectos de inovação
P. Pensar Ambiente em Portugal	C. Municipais	Escolas <i>educação</i>	Promoção da cooperação e respeito das sinergias entre as escolas
P. OTL	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	Jovens <i>desporto</i>	Estimulação do contacto directo dos jovens e da natureza
P. Escola Viva 1997	M. Educação	Escolas <i>educação</i>	Acções de promoção e educação para a saúde
Campanha Tempo para Crescer 1994	ONG's	Jovens <i>saúde</i>	Campanha contra os maus tratos e o trabalho infantil
P. de Desenv. da Ed. Física e do Desporto Escolar no 1º ciclo	M. Educação	Escolas <i>desporto</i>	Assegurar a actividade física regular, sistemática e no 1º ciclo do ensino básico

## Indicadores Estatísticos

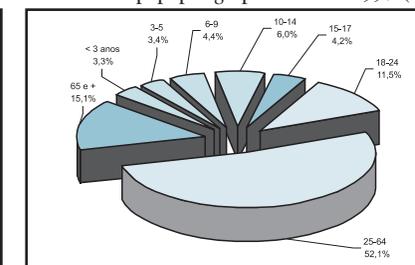
"Em 1997, a estrutura etária da população mantinha-se muito semelhante à de 1991, com um ligeiro aumento da população mais idosa, ao mesmo tempo que se reduzia o peso relativo da população jovem. É o fenómeno do envelhecimento demográfico da população, o qual, com maior ou menor amplitude, tem vindo a acontecer na generalidade dos países da União Europeia."

Fonte: INE - Gabinete de Estudos

Estrutura da pop. por grupo etário — 1991 (%)



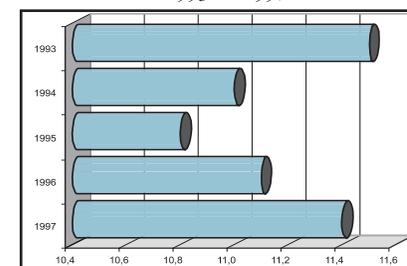
Estrutura da pop. por grupo etário — 1997 (%)



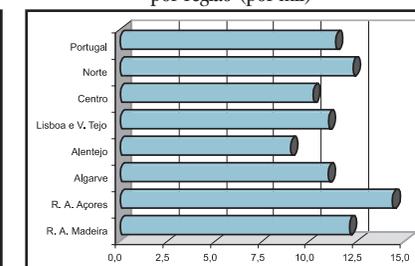
"Apesar de, globalmente, a taxa de mortalidade se manter estável - entre os 11,5‰ de 1993 e os 11,4‰ de 1997, é ao nível da taxa de mortalidade infantil que os progressos têm sido mais significativos. Com efeito, se no primeiro ano, 9 em cada 1000 nados-vivos, morriam antes de atingir um ano de idade, em 1997 esse valor baixou para 6 em cada 1000."

Fonte: INE - Estatística Demográfica

Evolução da taxa de natalidade (por mil) 1993 — 1997

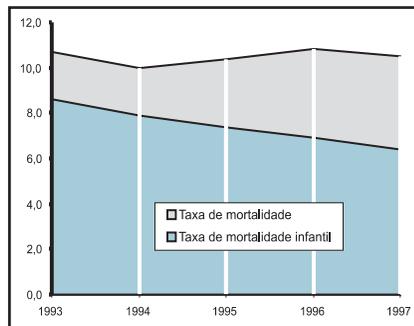


Evolução da taxa de natalidade, por região (por mil)

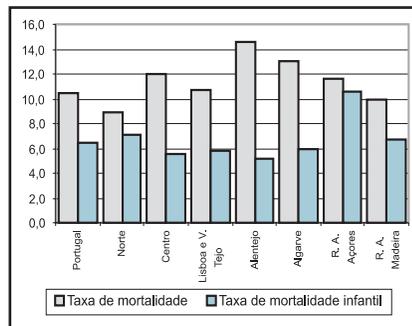


### Indicadores de Saúde

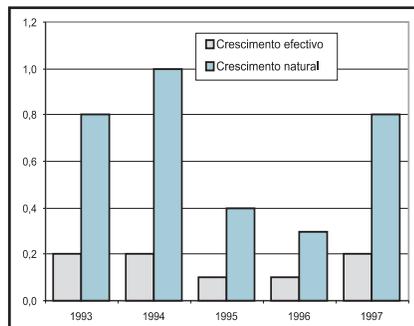
Evolução da taxa de mortalidade e mortalidade infantil (por mil) — 1993 — 1997



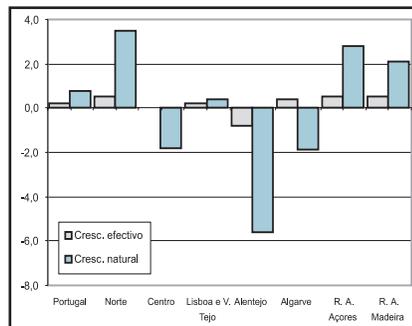
Taxa de mortalidade e mortalidade infantil por região (por mil)



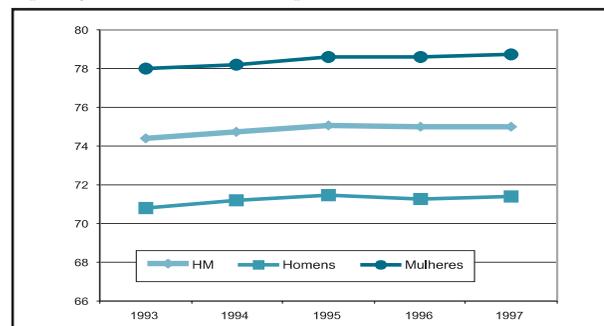
Evolução do crescimento efectivo e natural da população — 1993 — 1997 (%)



Crescimento efectivo e natural da população por região (%)



Esperança de vida ao nascimento, por sexo (em anos) — 1993 — 1997

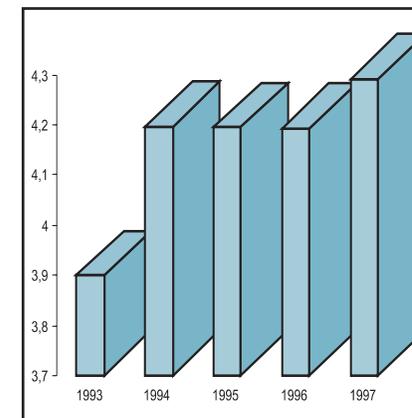


Fonte: INE

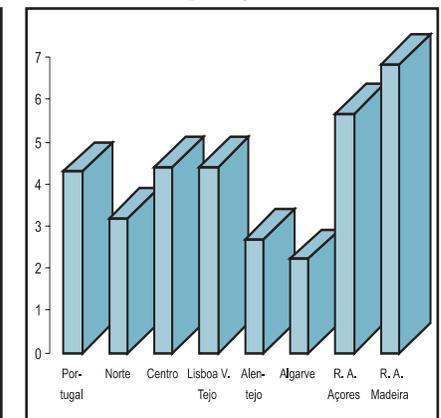
"Os recursos humanos em saúde - traduzidos pelo número de médicos (total e pediatras) por 100.000 habitantes - evidenciam uma melhoria sensível no que respeita à oferta de cuidados de saúde à população."

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde / Gabinete de Estudos, 1997

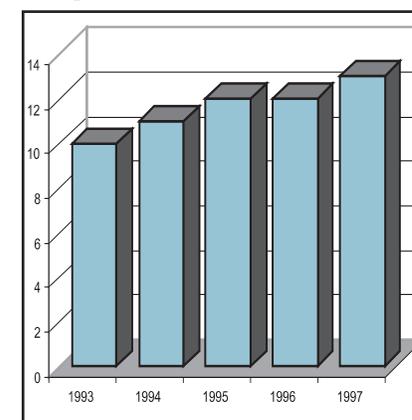
Evolução do nº de camas por mil habitantes 1993 - 1997



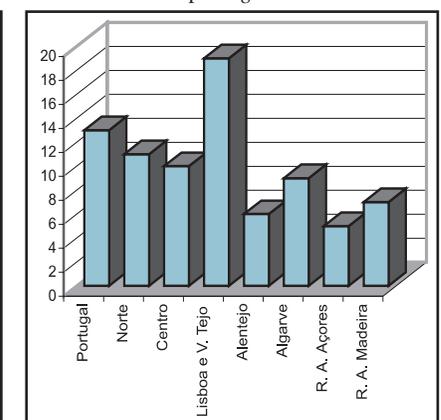
Nº de camas por mil habitantes por região



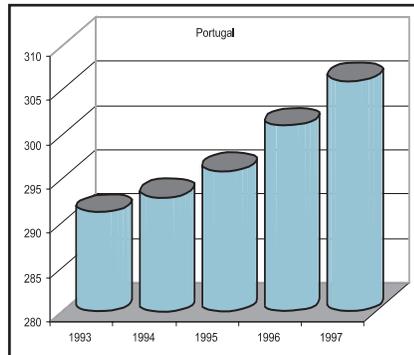
Evolução do nº de médicos pediatras por 100000 habitantes 1993 - 1997



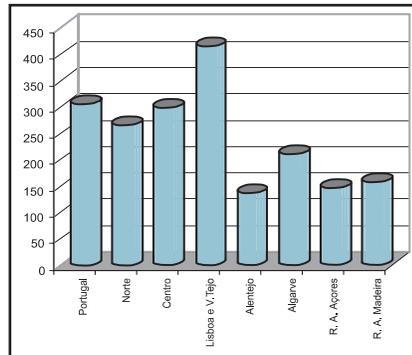
Médicos pediatras por 100000, por região



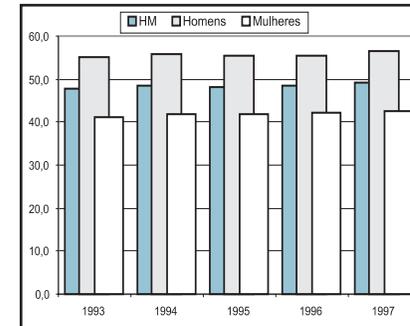
Evolução do nº de médicos por 100000 habitantes 1993 — 1997



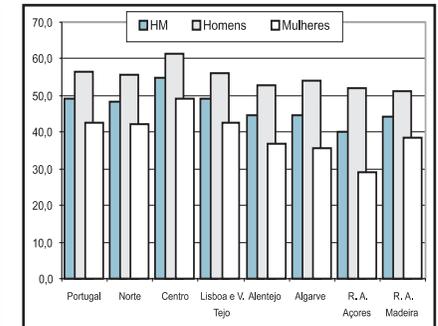
Médicos por 100000 habitantes, por região



Evolução da taxa da actividade, por sexo (%) 1993 — 1997



Taxa de actividade, por região por sexo (%)

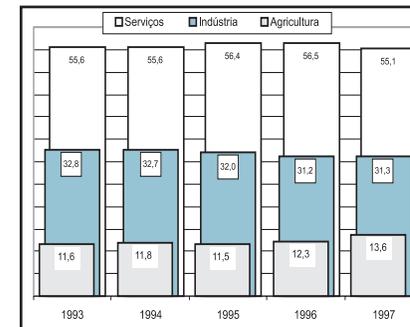


### Indicadores de Emprego

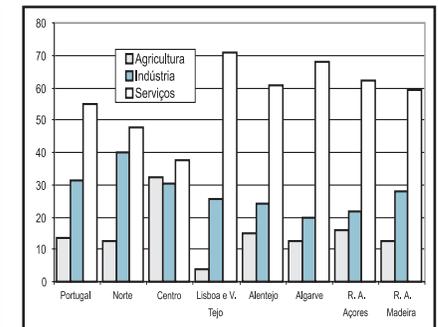
"É no sector terciário que mais de metade da população empregada exerce a sua actividade (51% em 1997); contudo a "Agricultura" continua a absorver praticamente 14% dos efectivos totais. Por outro lado, verifica-se que cerca de 11% da população empregada não possui qualquer grau de ensino completo, enquanto 8.2% dessa mesma população completou o ensino superior."

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

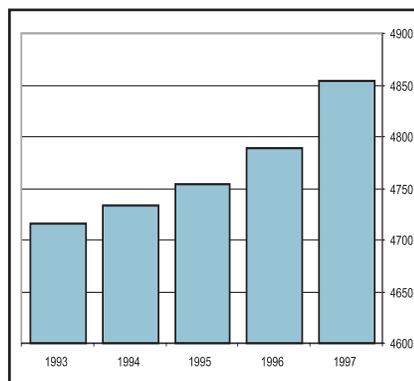
Evolução da população empregada por sector de actividade (%) 1993 — 1997



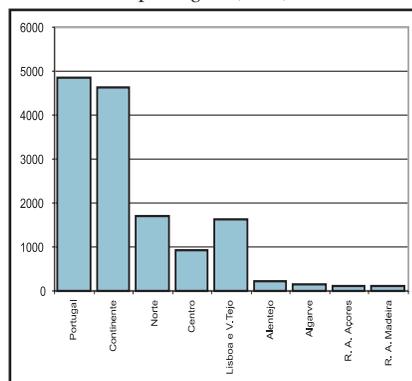
População empregada por sector de actividade (%) por região



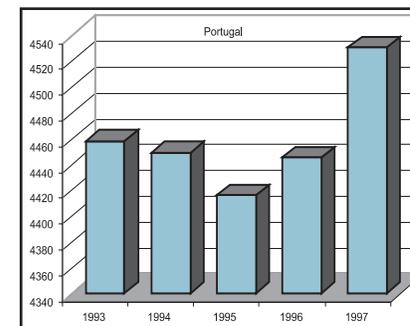
Evolução da população activa (1000) 1993 — 1997



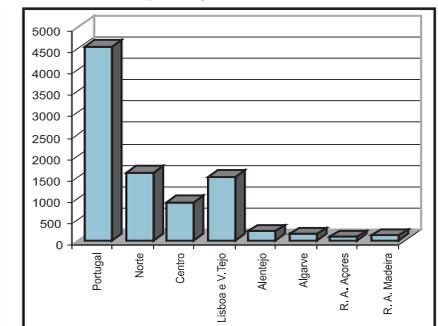
População activa por região (1000)



Evolução da população empregada (1000) 1993 — 1997



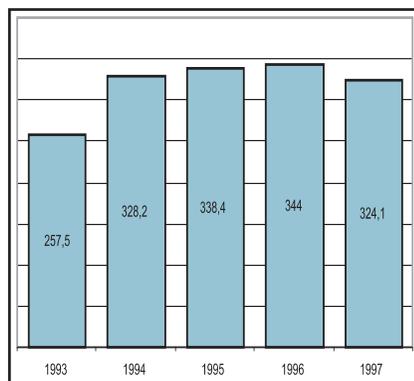
População empregada por região (1000)



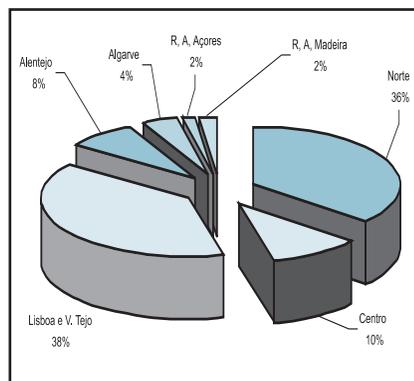
“Se, entre 1993 e 1994, o desemprego regista um crescimento acentuado, como mostra a respectiva taxa de desemprego, que passa de 5.5% para 6.8% a partir dessa data a tendência é para acréscimos cada vez mais reduzidos, tendo mesmo acontecido uma quebra entre 1996 e 1997 (7.2% para 6.7%).”

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

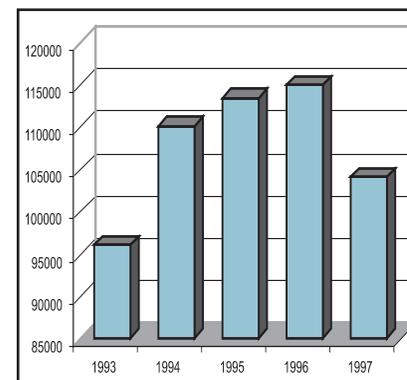
Evolução da população desempregada (1000)  
1993 - 1997



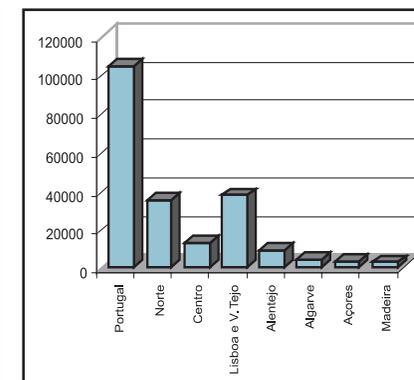
População desempregada por região



Evolução da pop. desempregada com menos de 25 anos (nº) 1993 — 1997



População desempregada com menos de 25 anos, por região (nº)

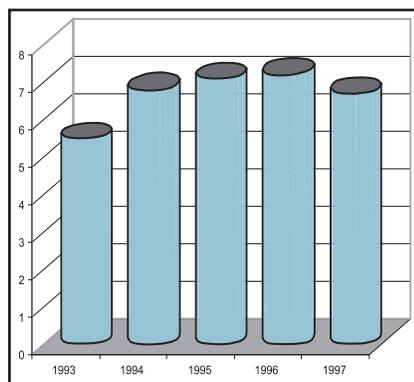


### Indicadores Económicos

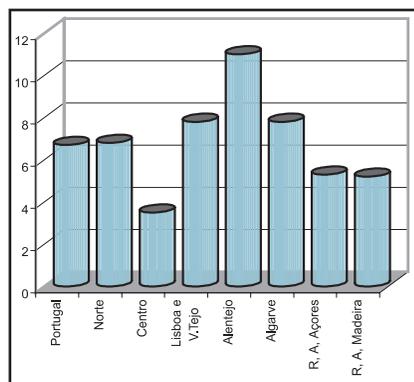
"Em termos nominais o PIB per capita cresceu 1.3% no período compreendido entre 1993 e 1997. A região de Lisboa e Vale do Tejo era, em 1994, a que detinha o valor mais elevado."

Fonte: INE - Contas Regionais

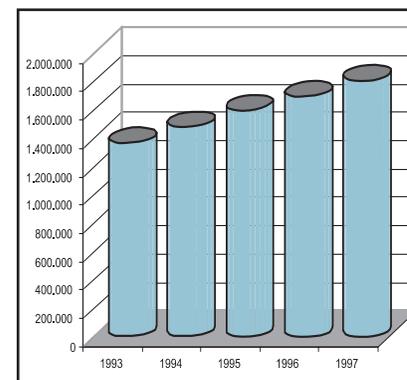
Evolução da taxa de desemprego (%)  
1993 - 1997



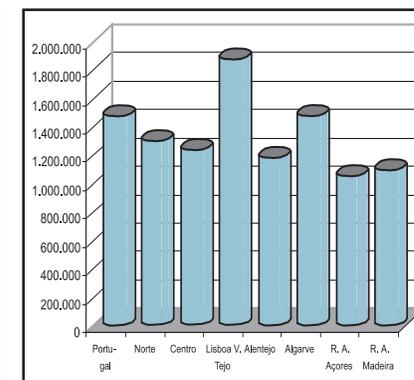
Taxa de desemprego por região (%)



Evolução do PIB per capita (escudos)  
(1993 — 1997)



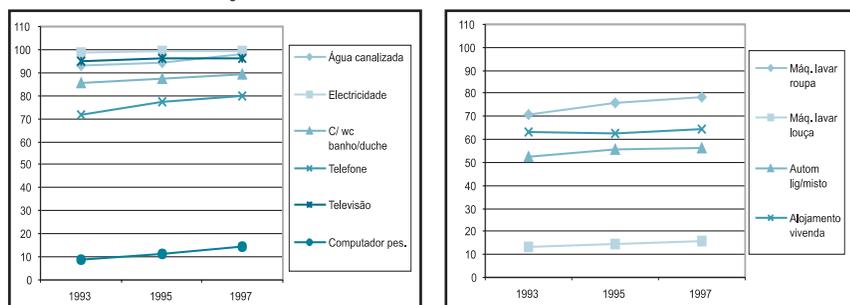
PIB per capita, por região (escudos)



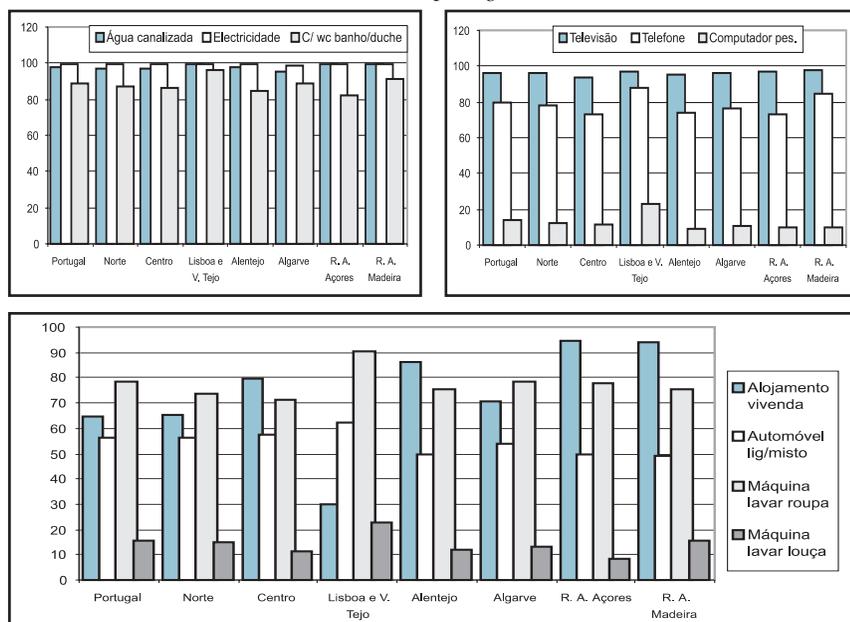
"As famílias portuguesas utilizam maioritariamente a moradia independente como local de alojamento (64.6% em 1997). Observa-se uma melhoria generalizada das condições básicas de conforto, ou seja, uma evolução positiva na proporção de alojamentos com electricidade, instalações sanitárias e água canalizada no interior do alojamento."

Fonte: INE - Indicadores de Conforto

Evolução de indicadores de conforto (%) — 1993 — 1997



Indicadores de conforto por região — 1997 (%)



Ministério da Educação  
Departamento da Educação Básica

# A Educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal

Estudo Temático da OCDE

## **OCDE**

**Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico**  
Direcção para a Educação, Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais.

### **Equipa de Estudo**

**Anthony Bertram** (UK - Relator)

Director do Centro de Pesquisas para a Infância  
Colégio Universitário de Worcester

**Kari Jacobsen** (NW)

Conselheira na Secção para a Educação e Cuidados na Infância  
Ministério Norueguês para os Assuntos da Família e da Criança

**Jo Hermanns** (NL)

Professor de Estudos Educacionais, Universidade de Amesterdão  
Director da Fundação para o Apoio da Família em Maastricht  
Conselheiro Superior do CO ACT

**Michelle Neuman** (USA - OCDE)

Coordenadora do Exame Temático sobre Educação Pré-Escolar  
e Cuidados para a Infância  
Administradora, Divisão de Educação e Formação  
Coordenação para a Educação, Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais

**Patrick Werquin** (FR - OCDE)

Administrador Principal, Divisão de Educação e Formação  
Coordenação para a Educação, Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais

## Índice

<b>Capítulo I</b>	
<b>Introdução</b> .....	155
Finalidade do estudo temático .....	155
A participação de Portugal no estudo .....	156
Estrutura do relatório .....	158
Agradecimentos .....	158
Terminologia.....	160
<b>Capítulo II</b>	
<b>A Influência do Contexto na Evolução da Educação e Cuidados para a Infância em Portugal</b> .....	163
Factores demográficos .....	164
Factores económicos .....	166
Factores de emprego .....	167
Factores sociais.....	169
Igualdade de oportunidades para as mulheres.....	171
Governo e descentralização .....	172
Políticas para a família .....	174
Políticas de saúde .....	177
<b>Capítulo III</b>	
<b>Perspectiva Geral da Educação e Cuidados para a Infância em Portugal</b> .....	179
Evolução histórica .....	179
Responsabilidades pela Educação e Cuidados para a Infância e descentralização .....	181
Desenvolvimento recente (1995-1999) .....	183
Oferta actual da Educação e Cuidados para a Infância .....	186
Crianças dos 3 aos 6 anos de idade .....	187
Jardim de infância.....	188
Modelos Curriculares no Jardim de Infância .....	189
Educação de infância itinerante .....	191
Actividades de tempos livres (ATL) .....	191
Animação infantil e comunitária (CAIC) .....	192
Oferta para crianças dos 0 aos 3 anos .....	192
Pessoal afecto à Educação e Cuidados para a Infância.....	195
Investigação sobre Educação e Cuidados para a Infância .....	198

## Capítulo IV

<b>Questões Suscitadas pela Visita</b> .....	201
Representações sociais sobre a infância e a família .....	204
Envolvimento da família .....	206
Qualidade e acesso .....	207
Expansão da educação e cuidados de qualidade para crianças dos 0 aos 3 anos .....	210
Crianças com problemas de saúde e necessidades educativas especiais.....	212
Implementação de políticas nacionais .....	214
Coerência e coordenação dos serviços .....	216
Inspecção e responsabilização .....	218
Orientações Curriculares .....	220
Estatuto e condições de trabalho do pessoal .....	222
Dados e estatísticas.....	224
Questões de ordem económica e de igualdade entre os sexos .....	226

## Capítulo V

<b>Conclusões</b> .....	229
<b>Bibliografia</b> .....	235

## Anexos

I — A Equipa de Estudo da OCDE .....	237
II — Informações sobre o Relatório Preparatório elaborado por Portugal ..	239
III — Programa da Visita do Grupo da OCDE .....	243

## Capítulo I

### Introdução

#### Finalidade do estudo temático

1. O Relatório do Estudo Temático sobre Portugal foi preparado no âmbito do **Estudo Temático da Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância**, um projecto lançado pela Comissão de Educação da OCDE, em Março de 1998. A realização do projecto emergiu na reunião ministerial de 1996, sobre **Tornar a Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade para Todos**. No seu comunicado, os Ministros da Educação atribuíram grande prioridade à melhoria de acesso das crianças à educação de qualidade, em parceria com as famílias, com o objectivo de se reforçarem os alicerces da aprendizagem ao longo da vida (OCDE, 1996). A finalidade do Exame Temático é de permitir a comparação das informações recolhidas em cada país, no sentido de se melhorarem as políticas de todos os países membros da OCDE, no âmbito dos serviços de cuidados e educação para a infância.<sup>1</sup>

2. Portugal é um dos 12 países que participam no estudo a efectuar entre 1998 e 2000. Os outros participantes são a Austrália, a Bélgica, a Dinamarca, os Estados Unidos da América, a Finlândia, a Itália, a Holanda, a Noruega, o Reino Unido, a República Checa e a Suécia. Neste conjunto de países está representada uma gama diversificada de contextos sociais, económicos e políticos, assim como de políticas de educação e cuidados para a infância.

3. O âmbito do estudo abrange crianças desde o nascimento até à idade de escolaridade obrigatória, incluindo o período de transição para o primeiro ciclo. Para examinar exaustivamente as experiências das crianças durante os primeiros anos de vida, os estudos

<sup>1</sup> Para uma descrição detalhada dos objectivos, quadro analítico e metodologia, consultar OCDE (1998).

adoptaram uma abordagem aberta e holística na recolha de dados sobre as políticas de cuidados e educação prestados a este grupo etário. Nesse sentido, considerou-se o papel das famílias, das comunidades e de outras influências do meio ambiente, nas aprendizagens iniciais e no desenvolvimento das crianças. O estudo procura especificamente investigar questões relacionadas com *qualidade, acesso e igualdade* no âmbito do desenvolvimento de políticas nas seguintes áreas: regulamentações, pessoal, conteúdos programáticos e sua implementação, envolvimento da família e apoio familiar, subsídios e financiamento.

4. Como parte integrante da preparação do estudo, cada participante convida uma equipa de estudo a fazer uma visita intensiva ao país. Após a visita, a OCDE prepara um Relatório Nacional, que integra as informações prestadas pelo próprio país, as informações recolhidas de publicações e as apreciações da equipa responsável pelo estudo. Este relatório sobre Portugal, será, portanto, uma das componentes do Relatório Comparativo da OCDE, o qual descreverá e analisará as políticas de Educação e Cuidados para a Infância dos 12 países participantes.

### **A participação de Portugal no estudo**

5. No âmbito do estudo comparativo, Portugal foi o quarto país a ser visitado. Antes da visita, o Departamento da Educação Básica, Ministério da Educação, desenvolveu um Relatório Preparatório sobre as políticas da Educação e Cuidados para a Infância, em Portugal (Portugal Background Report, Abril 1999). Orientado de acordo com a estrutura comum acordada entre todos os países participantes, o Relatório Preparatório apresenta, de forma concisa, o contexto do país, as principais questões e preocupações, salienta as políticas de Educação e Cuidados para a Infância e a oferta existente. Descreve ainda as abordagens inovadoras e apresenta os dados de avaliação disponíveis. Os Relatórios Preparatórios constituem uma componente importante do estudo comparativo, já que apresentam uma perspectiva do "estado

da arte" e uma análise das políticas e oferta de Educação e Cuidados para a Infância, em cada um dos países participantes.

6. Após a análise do Relatório Preparatório e de outros documentos, uma equipa de estudo composta por membros do Secretariado da OCDE e peritos experientes em áreas de análise e de políticas educacionais visitou Portugal, de 26 de Abril a 5 de Maio de 1999 (Anexo D). Esta visita de 10 dias foi coordenada pelo Departamento da Educação Básica (no texto referido por DEB), do Ministério da Educação. Durante a visita, os membros da equipa tiveram reuniões com muitos dos principais intervenientes na formulação e implementação das políticas e práticas de Educação e Cuidados para a Infância, tendo também tido oportunidade de observar alguns exemplos de estabelecimentos para a infância (0-6 anos). As reuniões versaram sobre seis questões principais, nomeadamente:

- o contexto em que se desenvolve a Educação e Cuidados para a Infância, as principais preocupações e as medidas a tomar para lhes fazer face;
- o papel dos serviços centrais, dos serviços locais, das Organizações Não Governamentais e de outros parceiros sociais, assim como os recursos institucionais dedicados ao planeamento e implementação, em cada fase do processo;
- as opções políticas viáveis e adequadas ao contexto português;
- o impacto, a coerência e a eficácia das diversas abordagens;
- políticas e práticas inovadoras e potencialidades de poderem ser repetidas;
- dados e instrumentos existentes ou que deveriam ser implementados, para fundamentar as políticas de Educação e Cuidados para a Infância, a investigação e a avaliação.

## Estrutura do relatório

7. O Relatório Nacional apresenta as análises da equipa de estudo sobre questões-chave relacionadas com a política de Educação e Cuidados para a Infância em Portugal, baseadas nas informações contidas no Relatório Preparatório, em discussões formais e informais, em publicações e nas apreciações feitas pelos membros da equipa de estudo. Após a Introdução, o *Capítulo 2* apresenta uma perspectiva geral sobre o contexto em que assenta o desenvolvimento de políticas para a infância, através da descrição de algumas características de natureza demográfica, económica, de emprego, de âmbito social e de aspectos ligados a orientações políticas do governo, em Portugal. Conjuntamente, em virtude da sua relevância para o bem estar das crianças e das famílias, são analisados os principais elementos das políticas relacionadas com a família, a saúde e a igualdade de oportunidades para as mulheres. O *Capítulo 3* apresenta uma perspectiva geral dos principais tipos de Educação e Cuidados para a Infância desenvolvidos em Portugal, assim como as características principais dos currículos, do pessoal envolvido, da investigação realizada e da distribuição de responsabilidades, no âmbito da Educação e Cuidados para a Infância. O *Capítulo 4* apresenta as questões principais relacionadas com as políticas e as práticas de Educação e Cuidados para a Infância identificadas pelos membros da equipa de estudo, durante a sua visita ao país. Por último, no *Capítulo 5*, apresentamos algumas conclusões que os responsáveis em Portugal poderão levar em consideração, na discussão sobre políticas e oferta educativa para a infância.

## Agradecimentos

8. Este estudo temático da OCDE apresenta os pontos de vista da equipa de estudo da OCDE, após a sua visita intensiva de dez dias a Portugal. A visita foi preparada pelos membros da equipa, com o apoio de um relatório preparatório, abrangente e meticolosamente

elaborado pelo DEB. Foi tarefa algo difícil para os cinco membros da equipa, nenhum deles com conhecimentos de português, tentar fazer comentários sobre as políticas de educação e cuidados para a infância que o país está a implementar. Queremos, ao dar início a este estudo temático afirmar que desejamos evitar ser banais, críticos ou paternalistas, confiando em que, se alguém, erradamente, sentir que o estamos a ser, compreenda que essa não é a nossa intenção. A apresentação dos nossos comentários provém de um diálogo profissional. Os juízos que fazemos são baseados nas informações recolhidas nas reuniões que realizámos e no que observámos. Porém, estamos conscientes de que somos observadores exteriores ao processo e que as nossas impressões são influenciadas pelas nossas próprias perspectivas.

9. A equipa da OCDE gostaria de realçar a abertura, a todos os níveis do sistema, das pessoas com quem se encontrou e a sua disponibilidade para debater, criticamente, todas as questões. Apreciamos, muito especialmente, a calorosa recepção que nos fizeram, a maneira profissional como a visita foi organizada pelos nossos anfitriões, o acesso fácil que desfrutámos a todos os níveis do sistema, para além da riqueza e variedade do programa. Entrevistámos 59 pessoas representativas de todos os níveis do sistema (a lista completa do itinerário da equipa da OCDE encontra-se no Anexo 3). Este número demonstra, amplamente, a quantidade de oportunidades de contacto que nos foi oferecida. Por outro lado, o leque destes contactos foi altamente diversificado, bastando referir que dele constou uma entrevista a uma ama, apoiada por uma IPSS, que cuida de quatro crianças com menos de três anos de idade, no seu próprio apartamento num prédio de Lisboa, mas também ao próprio Ministro da Educação, no seu gabinete de trabalho. Aos membros da equipa foi facultado o acesso às raízes, ao tronco e aos membros de todo o sistema de educação pré-escolar em funcionamento. Obtivemos informações de variadas fontes, desde estabelecimentos educativos até aos sectores do sistema que funcionam a nível local, regional e nacional. Recolhemos as opiniões por parte de entidades interessadas,